

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UM NOVO PENSAR E FAZER NO RAMO BIOLOGIA

Marilza de Lourdes Thomazini Stinguel¹

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que buscou estudos desde a origem da Educação Ambiental até os dias de hoje, afirmando a necessidade de aprender Educação Ambiental no contexto escolar, apoiando – se na abordagem teórica de diversos autores, que apoiam a necessidade da interdisciplinariedade com o tema em estudo nos bancos escolares, oportunizando assim, aos educandos o conhecimento e comprometimento com o ambiente em que vivem. Assim, a Educação Ambiental pode ser considerado um recurso útil na seleção de conteúdos para a prática pedagógica dos professores, favorecendo a construção de conhecimentos.

Palavras chave: Educação Ambiental – contexto escolar – construção de conhecimentos.

ABSTRACT

This article is the result of a bibliographic search that sought studies from the origin of Environmental Education to the present day, affirming the need to learn Environmental Education in the school context, based on the theoretical approach of several authors, who support the need for interdisciplinarity with the subject under study in school benches, thus providing educating students with knowledge and commitment to the environment in which they live. Thus, Environmental Education can be considered a useful resource in the selection of content for the pedagogical practice of teachers, favoring the construction of knowledge.

Key words: Environmental Education - school context -. knowledge building.

Introdução

Este artigo consiste no resultado de pesquisa bibliográfica. É fruto de uma reflexão do estudo do meio ambiente de modo a compreender diferentes realidades ambientais partindo do pressuposto de que todos os seres humanos, desde os primeiros anos de vida, estão

¹ Licenciatura Plena em Letras: Português/Francês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina – FAFIC. Pós-graduada em Planejamento Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Pós-graduada em Gestão Escolar Integradora: Supervisão, Orientação e Inspeção Educacional pelo Instituto de Apoio e Desenvolvimento Empresarial e Educacional – IADE E-mail: marilzathomazini@hotmail.com.

envolvidos, de alguma forma, com o meio ambiente e que tem a contribuir muito com o seu conhecimento e experiências vividas a partir do lugar onde vive.

Iniciamos este trabalho descrevendo o que é Educação Ambiental, desde o relacionamento do ser humano com o mundo a sua volta até os dias atuais, referindo que a Educação Ambiental cabe a todos os níveis de ensino. Esse processo de aprendizagem consiste em ser permanente e contínuo por toda a vida. Desde a infância deve-se ter o compromisso e responsabilidade com o meio em que vivemos.

Portanto, a pesquisa sensibilizará sobre a importância da Educação Ambiental no contexto educacional da qual necessitamos para nossa sobrevivência, um ambiente saudável em longo prazo, que possa ser transferido de geração a geração e que tenhamos essa conscientização e conhecimento.

Desenvolvimento

A Educação Ambiental está presente na história da humanidade, desde os primeiros habitantes da terra, e deve ser transmitida para as futuras gerações como algo de extrema importância para a sobrevivência humana. No entanto, a relação entre o homem e o meio ambiente é algo complexo. Quando nos referimos ao meio ambiente, observa-se que se trata de mudar paradigmas, pois a natureza é mais poderosa do que o ser humano e que os afetava mais do que é afetada por eles, por isso pode comprometer sua existência no planeta Terra, tendo assim, a educação um papel fundamental do contexto social (BRÜGGER, 1999, p.33).

Nesse sentido Reigota ²(1994) afirma:

O conhecimento ambiental era também necessário para a proteção contra os ataques da natureza e para o aproveitamento das suas riquezas. Porém, a interação entre o ser humano e o ambiente ultrapassou a questão da simples sobrevivência. A natureza mostrou-se também fonte de alegria, beleza, identidade e status pessoal, de inspiração para a música, arte, religião e significado, enfim, valores internos e, perenes pelos quais se quer lutar (REIGOTA, 1994, p.123).

²Doutor pela Universidade Católica de Louvain. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade de Genebra e estágios de pesquisa na London School of Economics and Political Science(1994); no Institut for Social Research of Frankfurt(1997) com bolsa do DAAD/CAPES e com bolsa da Fundação Japão, na Josai International University em Chiba (2000) e na Sophia University de Tóquio (2005). É membro honorário da Academia Nacional de Educação Ambiental do México.

Com a urbanização e evolução da civilização humana, a percepção do ambiente mudou drasticamente, passando a ser conhecida para que fosse dominada e explorada. Assim, o relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, culminou numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais. E de acordo com Morin (2005)³:

A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular ou, caso esteja adormecida, de despertar (MORIN, 2005, p.23).

Contudo, para Reigota (1994), a Educação Ambiental deve ser entendida como uma educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

“No entanto, a educação ambiental tem sido definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares”, que segundo Sato (1994)⁴ a tarefa da interdisciplinaridade é difícil, porque implica equilibrar os diferentes conceitos, as diversas experiências, as inúmeras visões políticas e principalmente as infinitas formas de comportamentos individuais.

Assim, a Educação Ambiental é um processo educacional criado ao longo de muitos anos através de estudos de milhares de especialistas, tais como dirigentes políticos, pesquisadores, educadores e população em geral, que obtiveram uma visão global das

³ Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia. Autor de mais de trinta livros, entre eles: O método (6 volumes), Introdução ao pensamento complexo, Ciência com consciência e Os sete saberes necessários para a educação do futuro.

⁴ MICHÈLE SATO é licenciada em Ciências Biológicas (São Paulo: UNISA, 1982), mestre em Filosofia (Norwich: University of East Anglia, 1992), doutora em ciências (São Carlos: UFSCar, 1997), pós-doutorado em Educação (Université du Québec à Montréal, Canadá, 2007), pós-doutorado em educação na Universidade A Coruña, Espanha, 2014). É docente titular no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). Principais áreas de atuação: educação ambiental, fenomenologia, artes, direitos humanos, mitopoética e epistemologia popular.

necessidades do homem e da natureza entrelaçadas em um objetivo comum que é a manutenção da qualidade de vida de todos os seres do planeta. Em vista da existência de problemas ambientais em quase todas as regiões do país, torna-se importantíssimo o desenvolvimento e implantação de programas educacionais ambientais, de suma importância na tentativa de se reverter ou minimizar os danos ambientais.

A legislação Brasileira sob a Lei de nº 9.795/99 de 27/04/99, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, cabendo ao Poder Público incentivar e propiciar o desenvolvimento de projetos e programas educacionais ambientais tanto formais quanto informais, de maneira que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumpram sua obrigação legal colaborando assim com o importante processo de conscientização ambiental.

Encontramos no Art. 225 da Constituição Federal de 1988, Capítulo VI do Meio Ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Portanto, com base nessas leis que poderemos melhorar a qualidade de vida de todos e, conseqüentemente, desenvolver uma sociedade sadia e coerente com os princípios básicos de preservação ambiental. É importante conscientizar que a Educação Ambiental não foi pensada para quem se acostumou a lograr pelo poder do status, mas para aqueles que querem o êxito através de concretizações em longo prazo.

A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade, sob uma perspectiva histórica. Assim, deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro.

Portanto, há de se respeitar a necessidade de cada indivíduo para com a natureza não podendo haver uma regra universal para todos, mas capacitar as pessoas a trabalhar conflitos e a integrar conhecimentos, valores, atitudes e ações, buscando a transformações de hábitos e condutas ambientais a partir do meio em que vive.

No Brasil, a Constituição de 1988, capítulo VI, Art. 255, parágrafo 1º contempla a educação ambiental desta forma: "Cabe ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente".

Assim havendo uma conscientização com a sociedade em geral em todas as faixas etárias, essa informação sobre Educação Ambiental, resultará em um sistema dinâmico e abrangente a todos, sendo que a aprendizagem deve ser contínua, deve ocorrer dentro e fora da escola, e terá mais êxito se a atividade estiver adaptada à situação vivida no cotidiano do indivíduo.

Nessa perspectiva, a aprendizagem não implica apenas uns, e nem algumas idades, mas todos os seres humanos. Compartilhar as informações materializa o processo de construção dos sujeitos.

Assim, para Carvalho (2004)⁵ a Educação Ambiental pode fortalecer a ética, quando as sensibilidades ecológicas e os valores emancipadores contribuem para a construção de uma cidadania ambientalmente sustentável, que se inicia na infância dos sujeitos históricos.

E nesse sentido de Educação Ambiental segundo Reigota, indica que "um dos aspectos consensuais sobre educação ambiental é que não há limite de idade para os seus estudantes, tendo caráter de educação permanente, dinâmica, variando apenas no que diz respeito ao seu conceito e a metodologia, procurando adequá-los às faixas etárias a que se destina". (REIGOTA, 2001: 24)

Contudo, a Educação Ambiental é um processo de aprendizagem permanente baseada no respeito a todas as formas de vida, o que requer responsabilidade individual e coletiva de todos os seres humanos.

A Educação Ambiental está inserida em uma política de caráter permanente por meio da realização de ações que proporcionem a recuperação e preservação de espaços ambientais, minimizando o impacto ambiental causado pelo homem. Assim, "a Educação Ambiental, segundo a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, é um componente essencial e

⁵ Isabel Cristina de Moura Carvalho tem graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984), especialização em psicanálise pela Universidade Santa Úrsula, RJ (1990), mestrado em Psicologia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas, RJ (1989) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001). Pós-doutorado em antropologia na Universidade de San Diego, Califórnia (UCSD), de fevereiro/2006 à fevereiro/2007

permanente da educação Nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo formal e não-formal". (Art.2º, Lei Federal n º 9.795, de 27/04/1999).

Nesse sentido Berna (2001⁶) aponta que:

A educação ambiental constitui numa forma abrangente de educação que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura ensinar o educando a ter uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais (BERNA, 2001, p.03)

E continua:

Entendendo o meio ambiente como um sistema no qual interagem natureza e sociedade, portanto espaço socialmente construído nas relações cotidianas, que são permeadas por atividades econômicas, sociais e políticas, propõe a superação da visão antropocêntrica e fragmentária, por uma visão holística e sistêmica e, portanto, interdisciplinar; a partir de uma prática que, encarando o ambiente como pertencente ao cotidiano, aborde desde as primeiras representações até as relações mais elaboradas de preservação e descobertas científicas, considerando a inclusão da família como elemento importante no processo de aprendizagem. (BERNA, 2001, p. 159).

Sabe-se que o ser humano é um ser que vive em sociedade necessitando estar a todo o momento em contato com outros seres humanos. Sendo assim, o processo educativo é uma rica ferramenta para nortear a prática de educação ambiental.

Nesse sentido Carvalho (2004) afirma que:

Contudo, por seu caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo a Educação Ambiental pode contribuir muito para renovar o processo educativo, trazendo a permanente avaliação crítica, a adequação dos conteúdos à realidade local e o envolvimento dos educandos em ações concretas de transformação desta realidade. No entanto, faz-se necessário um redimensionamento da visão pedagógica que contemple uma prática educativa integradora, abrangente e democrática, que considere não só a sistemática escolar, mas também o cotidiano dos educandos (CARVALHO, 2004, p.121).

A educação está ligada à formação do homem, do ser social, do cidadão e entendendo que esta formação inicia-se desde os primeiros períodos de vida, é importante que na Educação Infantil ou até mesmo na pré-escola a criança tenha noções de Educação Ambiental, estabelecendo conexões positivas em relação à natureza, desencadeando o

⁶ Jornalista e ambientalista que muito contribuiu para a educação ambiental em nossas escolas.

sentimento e compromisso de cuidado e preservação, pois assim afirma Jacob (1998, p.4)⁷: “ninguém será capaz de amar e preservar aquilo que não conhece uma natureza com a qual não convive interativamente”.

Com base nessa perspectiva, Anjos (2003: 01)⁸ diz que:

Através da educação e do conhecimento que acarretam responsabilidades e mudanças, os indivíduos poderão adquirir condições de participarem da sociedade de modo consciente, reflexivo e transformador, e ver o ambiente de forma totalmente integrado à sua vida. E quando adquirimos esta visão integradora, de fazer parte, tornamos – nos também, responsáveis pelo todo.

Como educadores, sempre percebemos a necessidade de repensar o eixo das discussões sobre a Educação Ambiental que perpassa pela conscientização e resgate na perspectiva de uma Educação Ambiental cidadã, da construção de uma escola que faz do sujeito cognoscente um ser que pensa, constrói interpretações, que age sobre o objeto de conhecimento para fazê-lo seu. E, ainda, faz do processo de letramento, um processo de inclusão social.

Essa aposta na formação de novas atitudes e posturas ambientais como algo que deveria integrar a educação de todos os cidadãos passou a fazer parte do campo educacional propriamente dito e das preocupações das políticas públicas. Essa compreensão também é ratificada pela Política Nacional de Educação Ambiental, que entende por esse tipo de educação:

Os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9.705 de 27/04/1999).

No mundo vivido, os aspectos tomados isoladamente pelas disciplinas estão permanentemente relacionados, como a trama de um só tecido. Ao puxar apenas um fio,

⁷ Pedro Roberto Jacobi. Possui graduação em Ciências Sociais (1973) e em Economia (1972) pela Universidade de São Paulo. Presidente da Comissão de Pós Graduação e Coordenador do PROCAM/USP 1998-2000 e 2010-2012).

⁸ Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2003). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Diretora Geral do Campus Mesquita do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

tratando-o como fato único e isolado, cada área especializada do conhecimento não apenas perde a visão do conjunto, como também pode esgarçar irremediavelmente a multiplicidade das “camadas” de significados que constituem a realidade que é traduzida em fatos unidimensionais, vistos de somente uma perspectiva.

Uma prática interdisciplinar de Educação Ambiental (EA) pode tanto ganhar o significado de estar em todo lugar quanto não pertencer a nenhum dos lugares já estabelecidos na estrutura curricular que organiza o ensino.

Os problemas ambientais ultrapassam a especialização do saber. Contudo, para intervir nos riscos ambientais ou para gerir o ambiente, de modo que tais riscos sejam evitados, é preciso compreender os complexos processos biológicos, geográficos, históricos, econômicos e sociais geradores desses problemas.

Nessa definição, a prática educativa é processo que tem como horizonte formar o sujeito humano enquanto ser social e historicamente situado. Segundo tal perspectiva, a educação não se reduz a uma intervenção centrada no indivíduo, tomado como unidade atomizada e solta no mundo. A formação do indivíduo só faz sentido se pensada em relação com o mundo em que ele vive e pelo qual é responsável. Esta tomada de posição deve ser de responsabilidade pelo mundo em que vivemos incluindo aí a responsabilidade com os outros e com o ambiente.

Paulo Freire, uma das referências fundadoras da educação crítica no Brasil, insiste na defesa da educação como instância formativa de sujeitos sociais emancipados, isto é, autores da própria história. Ele também se preocupou com a compreensão da mediação entre natureza e cultura como condição para o processo de aprendizagem. Para Freire (1981)⁹:

E nos pareceu que a primeira dimensão desse novo conteúdo com que ajudaríamos o analfabeto, antes ainda de iniciar a alfabetização (...) seria o conceito antropológico de cultura, isto é, a distinção entre estes dois mundos: a natureza e o da cultura; o papel ativo do homem na sua realidade e com a sua realidade; o sentido de mediação que tem a natureza parara as relações e a comunicação do homem; a cultura como o acréscimo que o homem faz ao mundo que não criou; a cultura como resultado de seu trabalho, de seu esforço criador e recriador. (Freire 1981, p.70)

⁹Paulo Reglus Neves Freire foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

As práticas a serem passadas aos alunos então, devem ser as de uma EA comunitária ou popular as quais geralmente estão muito implicadas nos processos de desenvolvimento social local, gerando maior capacidade de perceber problemas, pesar as consequências ambientais das escolas coletivas e decidir sobre a qualidade de vida das populações.

A preocupação com os problemas ambientais locais ajuda a criar um novo espaço de relações que, sem excluir a escola, a expande e constitui a comunidade como um novo ator nessa dinâmica, estabelecendo vínculos de solidariedade. Trata-se, enfim, de gerar novas reciprocidades entre a escola, a comunidade e a realidade socioambiental que as envolve.

Dessa forma, seja no âmbito da escola, seja na organização comunitária, a EA deve provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito caracterizando o que poderíamos chamar de um movimento que busca produzir novo ponto de equilíbrio, nova relação de reciprocidade, entre as necessidades sociais e ambientais.

Para tanto, ao transmitir aos nossos alunos o conhecimento sobre a EA, esta deve auxiliá-los em uma compreensão do ambiente como um conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que tecem a intrincada rede de relações entre os modos de vida humanos e suas formas peculiares de interagir com os elementos físicos-naturais de seu entorno, de significá-los e manejá-los. Deve-se, portanto, a partir de tais ocorrências, explanar aos educandos que esses laços de convivência entre os seres humanos e sua base natural de existência definem-se pelas relações sociedade – natureza e a desarmonia que aí se instaura de conflitos sócio-ambientais.

A EA a ser transmitida deve propiciar um olhar mais atento sobre as relações sociedade – natureza e sobre a arena de conflitos sócio-ambientais percebendo uma teia emaranhada de grupos sociais no campo e na cidade.

Assim, o que interessa não é julgar qual é a melhor EA, mas explicitar os diferentes pressupostos que sustentam cada uma das orientações para, ao acionarmos uma delas, sabermos por que motivos o estamos fazendo e que resultados podemos esperar – sem esquecer que nunca controlamos completamente o processo de aprendizagem pelo fato dele envolver uma relação aberta com o Outro.

Ocorre que carregamos a marca da liberdade que continuamente nos permite atribuir sentido às coisas e, assim, mudar tanto comportamentos quanto reformular crenças e atitudes. Sempre podemos mudar com base em novas experiências de vida, agindo de modo novo, em desacordo parcial ou total com comportamentos aprendidos e atitudes formadas, para o desespero de todas aquelas práticas sociais, incluindo as educativas, cuja pretensão seja normatizar, moldar, disciplinar, prever e controlar a formação do sujeito humano.

Contudo, para Reigota (1994), a Educação Ambiental deve ser entendida como uma educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

A educação está ligada à formação do homem, do ser social, do cidadão e entendendo que esta formação inicia-se desde os primeiros períodos de vida é importante que na Educação Infantil ou até mesmo na pré-escola a criança tenha noções de Educação Ambiental, fazendo estabelecer conexões positivas em relação à natureza, desencadeando o sentimento e compromisso de cuidado e preservação. TIRIBA (2002: p.4) afirma que “ninguém será capaz de amar e preservar aquilo que não conhece uma natureza com a qual não convive interativamente”.

Com base nessa perspectiva, Anjos (2003: 01), diz que:

Através da educação e do conhecimento que acarretam responsabilidades e mudanças, os indivíduos poderão adquirir condições de participarem da sociedade de modo consciente, reflexivo e transformador, e ver o ambiente de forma totalmente integrado à sua vida. E quando adquirimos esta visão integradora, de fazer parte, tornamos – nos também, responsáveis pelo todo.

Devido às sucessivas mudanças ocorridas no processo de construção e organização da Educação Infantil, tem se constituído um novo olhar sobre a criança e suas potencialidades educativas. Em razão disso, houve oportunidades para elaboração de outras formas de trabalhar com a criança desde a pré-escola, reconhecendo que a mesma é dotada de muita capacidade e que traz concepções acerca de seu meio, sendo capaz de compreender e relacionar-se, adquire oportunidade de inserir neste contexto, conhecimentos e práticas na educação ambiental, mediadas com as vivências infantis.

Portanto, a busca por um estreitamento das relações entre educação e educação ambiental demanda da necessidade de repensarmos sobre as formas que o ser humano, historicamente, vem utilizando para relacionar-se com a natureza.

Considerações Finais

Por meio deste trabalho, percebe-se que a pedagogia da educação ambiental que daqui emerge indica a necessidade e a possibilidade de adaptação do sujeito à natureza, sugerindo-a como instrumento de sensibilização dos sujeitos em busca de uma relação “natural” com o ambiente. É no espaço do cotidiano que a Educação Ambiental poderá inserir significações provocadoras de transformações através de atitudes e de representações, passando da visão de mundo fragmentado, reducionista e fechado, para uma concepção aberta. Através dos desenhos infantis emerge representações vividas pelas crianças que sabem apreciar o que é belo e se identificam com o meio ambiente em que vivem.

Vale lembrar ainda que este estudo aponta que a formação dos discentes é, de certo, o maior desafio no processo ensino/aprendizagem. Implica em reconstituir os mesmos para que possam gerar saberes necessários à promoção de um novo modo de vida, um novo modo de organização social. Uma intenção que a cada dia se torna mais complexa desde que implica em (re)pensar a escola, a qual historicamente se configurou como espaço de “detenção do saber” e que agora se vê imbricada numa teia de necessidades deflagradas pela sociedade, que percebeu a lacuna existente entre o saber necessário e o saber aprendido e divulgado da escola e passa a exigir da instituição uma nova postura.

Enfim, devemos aprender educação ambiental desde o período da infância para suscitar o sentimento de cuidado e preservação, seguir caminhos onde a sensibilidade seja mais forte do que nós mesmos diante de tantas imagens difíceis que nossos olhos conseguem ver.

Enfim, conclui-se que as políticas de educação precisam se inserir para promover uma relação de ensino/aprendizagem que gere novas possibilidades educativas que estejam comprometidas com o processo de inclusão e melhoria do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Maylta Brandão dos. **Desenvolvimento Sustentável: raízes e conceitos**. Rio de Janeiro: UNIPLI, 2003.

BERNA, Vilmar. **Como fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros em ação - meio ambiente na escola: bibliografias e sites comentados**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

____ Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: Coordenação de Educação Ambiental, 1998.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1981.

JACOBI, Pedro; OLNEIRA, José Flávio. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. São Paulo: Sema: Ceam, 1998.

MORIN E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina; 2006

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.